

Senado cansado de guerra

Conselho arquiva pedido de processo contra Luiz Otávio e beneficia sucessor de Jader

José Augusto Gayoso e Alexandre Jardim*

BRASÍLIA.

Depois de cassar o mandato de um senador e de levar outros três à renúncia em pouco mais de um ano, o Senado dá sinais de cansaço. O Conselho de Ética arquivou ontem o pedido de abertura de processo que poderia levar à cassação do mandato do senador Luiz Otávio (PPB-PA). A justificativa foi que o crime do qual é acusado teria sido cometido antes de ele se eleger senador. Com o apoio de PMDB, PSDB e PFL, o conselho rejeitou, por 11 votos a quatro, relatório de Heloísa Helena (PT-AL) que pedia a cassação de Luiz Otávio, acusado de ter desviado R\$ 13 milhões do Banco do Brasil em 1992.

O conselho criou jurisprudência. A sentença poderá livrar de investigação o novo senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), que assumiu ontem a vaga de Jader Barbalho. Como o antecessor, é acusado de ter se beneficiado de recursos desviados do Banpará.

O presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), admitiu que podem ser revistos os casos de Jader e de Luiz Estevão, este cassado em 2000 por mentir ao Senado sobre suas ligações com a obra superfaturada do TRT-SP. Juvêncio foi enfático:

— Naqueles processos ocorreram nulidades processuais evidentes. Os senadores poderão recorrer. O Supremo Tribunal Federal pode muito bem modificar as decisões.

A declaração provocou a indignação dos opositoristas e do corregedor Romeu Tuma (PFL-SP), relator do caso Jader.

— Não cometi ilegalidades. Fiz um trabalho sério no caso Jader e votei conscientemente nos outros casos. Não aceito ser posto sob suspeita — reclamou Tuma, o único a votar a favor do relatório, além da oposição.

Patrocínio: serão centenas se processarmos todos

• Os senadores que derrubaram o pedido de processo justificavam-se.

— Se formos condenar quem enriqueceu ilícitamente ou cometeu irregularidades, seremos obrigados a processar centenas — disse Carlos Patrocínio (PFL-TO).

O líder do PSDB, Geraldo Melo (RN), mesmo não sendo do conselho, afirmou:

— Qual o cidadão que nunca teve um cheque devolvido, um título protestado? A dificuldade financeira é inerente a quem se envolve em atividades empresariais. Aí a pessoa resolve ser senador, anos depois, e vão dizer que houve quebra de decoro?

Melo chamou de neopopulistas os senadores que, segundo ele, gostam de cassar os colegas, atribuindo a expressão ao líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ). Melo teve problemas com uma empresa da qual era sócio, quando governou o Rio Grande do Norte, e ficou devedor do Banco do Brasil.

Ney Suassuna (PMDB-PB), que assumirá o Ministério da Integração, tentou amenizar:

— Que ele cometeu irregularidades, todos sabemos. Mas não meteu a mão no dinheiro. Ficou tudo com o sogro, dono da empresa.

Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do caso da violação do painel eletrônico, estava indignado.

— Estou perplexo com o que está se falando! O relator do caso Luiz Estevão, Jefferson Peres (PDT-AM), também desabafou:

— Continuarei sendo um inconformado com a hipocrisia que mantém a impunidade da elite. Só vai para a cadeia o pé-de-chinelo.

Heloísa Helena recorreu à ironia.
— Como ninguém contestou meu relatório, temos um consenso: o de que ele roubou.

(*) Do GloboNews.com

As acusações contra o senador Luiz Otávio

• Os 11 senadores que votaram pelo arquivamento do processo contra Luiz Otávio ignoraram indícios de corrupção apontados no relatório de Heloísa Helena. O caso, conhecido como "O golpe das balsas", começou em 1992, quando a empresa Rodomar, de Alfredo Rodrigues Cabral, sogro do então deputado estadual, negociou com o BNDES um financiamento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de R\$ 13 milhões, para construir 13 balsas. Após denúncia ao Ministério Público do Pará, a Polícia Federal apurou que nenhuma foi construída. Balsas velhas foram pintadas e maquiadas. O caso chegou ao Conselho de Ética do Senado em 2000. Luiz Otávio disse que não era dono nem diretor da empresa. A relatora principal executiva de Luiz Otávio era o ca das irregularidades.